



## **FEMINISMO DE MERCADO: OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO SOBRE AS PAUTAS FEMINISTAS**

### ***MARKET FEMINISM: THE REFLECTIONS OF NEOLIBERALISM ON FEMINIST AGENTS***

Laura de Castro Silva<sup>1</sup>

Tássia A. Gervasoni<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O presente trabalho versa sobre a utilização do mercado no tocante às pautas feministas, sendo o neoliberalismo o fator causador da comercialização e da deturpação de inúmeros preceitos feministas pelas grandes empresas. Analisar-se-á as repercussões das ondas feministas sobre o movimento, bem como os impactos sociais do neoliberalismo, não apenas no tocante à sociedade, mas também ao Estado, objetivando examinar como ambos influenciam ideias feministas, em especial no tocante a sua mercantilização pelo capitalismo. Valer-se-á do método de abordagem dedutivo, como método de procedimento o monográfico e como técnica de pesquisa a pesquisa a documentação indireta. Deste estudo, compreendeu-se que as três primeiras ondas feministas possuíam papel imprescindível para que o feminismo atual pudesse agir de forma coletiva e interseccional, de modo a confrontar a primazia do neoliberalismo. De tal sorte, restou evidenciado que o mercado explora os ideais feministas com um único objetivo: lucrar sem abolir os aspectos políticos e culturais que inibe as minorias de ocupar espaços de poder.

**Palavras-chave:** Feminismo. Mercado. Racionalidade Neoliberal. Neoliberalismo.

#### ***Abstract***

The present work deals with the use of the market with regard to feminist agendas, with neoliberalism being the causative factor in the commercialization and misrepresentation of numerous feminist precepts by large companies. The repercussions of feminist waves on the movement will be analyzed, as well as the social impacts of neoliberalism, not only with regard to society, but also the State, aiming to examine how both influence feminist's ideas, especially with regard to its

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Meridional - IMED. Bolsista FAPERGS. E-mail: laur.castrosilva@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado na Faculdade Meridional - IMED. E-mail: tassia.gervasoni@imed.edu.br



commodification by capitalism. It will use the method of deductive approach, as a method of procedure, the monograph and as a research technique in indirect document research. From this study, it was understood that the first three feminist waves had an essential role so that current feminism could act in a collective and intersectional way, in order to confront the primacy of neoliberalism. In this way, it was evident that the market exploits feminist ideals with a single objective: to profit without abolishing the political and cultural aspects that inhibit, as minorities, from occupying spaces of power.

**Keywords:** Feminism. Marketplace. Neoliberal Rationality. Neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Não é novidade que se vive um momento em que o consumo exacerbado por parte da população é visto como natural, de tal sorte, com a globalização e o uso da tecnologia, as empresas exploram cada vez mais para que consigam encontrar maneiras de subir suas margens de lucro e aumentarem ainda mais seus capitais, a fim de darem continuidade ao ciclo vicioso imposto pelo neoliberalismo, de concorrência e mercantilização de uma universalidade de coisas.

Deste modo, devido ao aumento no poder de compra das mulheres, a venda de produtos com foco no público feminino expandiu muito nos últimos anos, estando o feminismo em voga em inúmeros setores mercantis, que visam tirar proveito do seu ideário, sem de fato causarem mudanças que possam impactar positivamente na vida social e econômica das mulheres.

Nesse contexto, o presente trabalho possui como objetivo a análise teórico-crítica dos impactos da racionalidade neoliberal sobre as pautas feministas, perpassando os momentos históricos e as repercussões das ondas do feminismo para com o movimento, bem como acerca de duas espécimes neoliberais (progressista e reacionária) e seus impactos no que se refere aos indivíduos e a sociedade como um todo.

Para realização da análise proposta acima, primeiramente, buscar-se-á estudar as ondas feministas e suas principais pautas, passando para a análise da racionalidade neoliberal, para, em seguida, analisar-se as repercussões do que será tratado como feminismo de mercado.



Para o desenvolvimento da pesquisa, elege-se como método de abordagem o dedutivo, porquanto parte-se de premissas mais amplas (como as ondas do movimento feminista e o neoliberalismo enquanto racionalidade) para a análise de premissas mais delimitadas (o impacto do neoliberalismo sobre as pautas do movimento feminista). Como método de procedimento adota-se o monográfico, atentando que a pesquisa, a despeito de valer-se de generalizações, não tem um caráter panorâmico ou “manualesco”. Por fim, como técnica de pesquisa emprega-se a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica.

## **2 AS ONDAS DO FEMINISMO E SUAS REPERCUSSÕES PARA O MOVIMENTO FEMINISTA**

O feminismo é um termo difícil de se definir de forma precisa, pois se trata de um processo cheio de raízes no passado, mas que se constrói diariamente, não tendo um ponto predeterminado de chegada. Também utilizado para evidenciar a primeira vez na história onde as mulheres se organizaram de forma coletiva, a fim de reivindicar seus direitos e se emancipar da mulher que por séculos viveu sob opressão, o movimento feminista vem como um meio de questionar, desafiar e derrubar a sociedade patriarcal e exploradora, propondo uma transformação no âmbito social, econômico e ideológico (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 2; GANDHI, 2018, p. 24; VEDANA; GERVASONI, 2020, p. 3).

Ressurgindo em um momento histórico onde outros movimentos de libertação de minorias, tais como movimento negro, de minorias étnicas, homossexuais e ecologistas, denunciavam a existência da opressão, buscando a superação das desigualdades sociais, os movimentos se conectam de forma significativa, pois, por mais que cada um possua sua própria pauta e autonomia, todos se somam ao romper o silêncio e ir em busca de uma nova sociedade (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 2).

Além disso, ainda que o movimento feminista não tenha um ponto de chegada, pode-se dizer que um de seus principais objetivos é o de fazer com que as mulheres ocupem seus lugares de fala e não se silenciem até de fato haver mudanças para a maioria, sem a necessidade de ter que se adaptar a modelos



pré-definidos por uma sociedade patriarcal, onde as relações de poder entre ambos os sexos (feminino e masculino) sejam iguais e que a herança do silêncio seja finalmente dissipada (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 2; GRANDI; SILVA; BOLESINA, 2020, p. 10).

Para tanto, uma vez que se há uma noção ampla acerca do que é “feminismo” e que não é objeto de discussão do presente texto essa delimitação conceitual, a discussão se dará em face da historicidade acerca das ondas feministas e suas repercussões dentro do movimento, de modo que se possa compreender os demais pontos a serem abordados no decorrer do trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo, ocorreram mudanças nas condições sociais e no pensamento das pessoas, sendo que a democracia significava que os indivíduos se tornaram importantes. Desse modo, cabe lembrar que a luta pelo sufrágio universal e pela ampliação dos direitos da democracia não incluía o sufrágio feminino, sendo esta uma luta específica das mulheres e que ficou marcada como sendo o início da Primeira onda Feminista. O Sufrágio Feminista chegou a mobilizar até 2 milhões de mulheres, tornando-se um dos movimentos políticos de massa com maior significação no século XX (ALVES; PITANGUY, 1991; p. 27; GANDHI, 2018, p. 24).

Entretanto, apesar de a luta pelo sufrágio feminino ser vista como um dever de toda a mulher pelo Governo Americano, apenas após 72 anos do início das movimentações o poder de voto foi concedido às mulheres. Já no Brasil, essa luta durou por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891. Na Inglaterra, a luta pelo voto ocorreu de forma semelhante à americana, mas com uma etapa final de características mais violentas. Presas por desordem pública, torturadas por ordem do Governo, em 1913, o movimento sufragista inglês dividiu-se em dois, entre as “pacifistas” e as chamadas suffragettes, que passaram a efetuar atos de dano à propriedade e bens materiais como forma de chamar atenção para a causa (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 27-29).

Merece destaque o fato de que o que as mulheres reivindicavam era somente um direito que, em tese, era defendido por ideias liberais, mas recusado, na prática, por um governo liderado pelo partido liberal. Essa conduta, segundo Beauvoir, fazia



parte do receio da burguesia com relação às ideias progressistas que estavam em expansão (BEAUVOIR, 2009, apud ALVES, PITANGUY, 1991, p. 27-29).

Uma das mais conhecidas vertentes feministas é a do “feminismo liberal”, que está ligado ao contexto histórico da Primeira onda Feminista, tratada anteriormente, e que surge como um feminismo pautado na liberdade e igualdade. Inclusive, em virtude do termo “liberal” frequentemente comete-se o erro de crer que suas estratégias e pautas são as que desejam a liberdade para as mulheres, entretanto, as práticas desta vertente fogem dos preceitos do movimento. Igualmente, o que se está no cerne do ideal feminista (a luta contra o patriarcado) não é tratado pelo liberalismo, que não propõe qualquer mudança, reforma, abolição ou enfretamento para tal (QG FEMINISTA, 2018).

Não se pode deixar de lado que historicamente os liberais defendem a liberdade do indivíduo, seja liberdade de possuir propriedades ou de voto, mas trata-se, em geral, de uma liberdade restrita a isso, conformando-se a liberdade como atributo meramente individual e pessoal, não da coletividade. O liberalismo é essencialmente individualista. Por isso, pode-se dizer que o feminismo liberal, diferente de como é retratado atualmente (como uma vertente do movimento feminista), deve ser visto apenas como um momento histórico da luta das mulheres, pois está vinculado a uma teoria política que se desencontra do ideal feminista (QG FEMINISTA, 2018).

Ademais, embora tenham conseguido o direito ao voto, as mulheres seguiram sendo postas de lado, vistas apenas como seres que deveriam servir exclusivamente para a família e o lar. Desse modo, em meados do século XX, mais precisamente na década de 60, inicia-se o que se conhece como a “Segunda onda Feminista” no fluxo dos movimentos dos direitos civis e da contracultura<sup>3</sup>, o movimento aborda as questões que envolvem maternidade, livre escolha de

---

<sup>3</sup> “De um lado, o termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] que marcaram os anos 60: o movimento hippie, a música rock, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas, orientalismo e assim por diante. [...] Trata-se, então, de um fenômeno datado e situado historicamente. [...] De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. [...] Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos” (PEREIRA, 1986, p. 2-20).



procriação, liberdade sexual e violência (doméstica e sexual) (BOTELHO; SOUSA, 2019, p. 5). Lipovetsky versava que “as mulheres eram escravas da procriação, agora emanciparam-se desta servidão imemorial. Elas, que sonhavam em ser fadas do lar, querem agora exercer uma atividade profissional” (LIPOVETSKY, 2000, p. 9).

No Brasil, a Segunda Onda ganhou força em meados de 1970, durante o período da ditadura militar iniciada em 1964, onde discussões políticas eram, em regra, proibidas. Vale mencionar que o movimento feminista brasileiro da época contava com feministas exiladas, militantes de partidos políticos e estudantes que, por vezes, atuavam com dupla militância, relacionando o movimento feminista com outras esferas institucionais, sendo a questão da autonomia uma das principais neste período (ALVAREZ, 1990; PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 6).

Nesse sentido, em busca de respostas aprofundadas das origens de sua opressão, grupos de mulheres recorrem à teoria marxista, sendo que muitas dessas mulheres passam a se denominar “feministas marxistas” (ou socialistas, ou classistas), pois se sentem insatisfeitas com as explicações teóricas do feminismo sobre a dominação econômica masculina. Para a organização *Chicago Women’s Liberation Union*, o feminismo socialista foca em como o poder tem sido negado às mulheres em virtude de sua posição de classe social (QG FEMINISTA, 2018).

Pode-se dizer que o feminismo socialista trabalha para unir a teoria socialista à radical, a fim de que ambas ajudem a se desenvolver, posto que, não há como entender o machismo, o sexismo em suas manifestações, sem que o coloque no contexto histórico do sistema capitalista. Além disso, na corrente marxista, é essencial que se entenda a interdependência entre o capitalismo e o patriarcado, pois, por mais que o patriarcado e a supremacia masculina sejam anteriores ao sistema capitalista, e que se corre o risco de serem posteriores a este, para que a estrutura de opressão seja mudada, é necessário que essa relação seja entendida (EHRENREICH, 1976, p. 5; EISENSTEIN, 1979, p. 14).

Estabelecido na década de 90, o termo “Terceira onda Feminista” foi transformado pela feminista e mulher negra Rebecca Walker, onde seu contexto foi o aprofundamento de discussões exploradas nos movimentos anteriores e a inclusão da diversidade racial e social de mulheres dentro do movimento, fazendo com que



fosse possível haver uma percepção sobre as diferenças raciais, de classes sociais e a influência que esses fatores possuem e estabelecem na vida das mulheres, fato que foi deixado de lado na Segunda onda, que possuía como parâmetro a vivência de mulheres brancas. Salienta-se que é nessa onda que há uma perspectiva de interseccionalidade dentro do movimento feminista (BOTELHO; SOUSA, 2019, p. 6).

No Brasil, uma das principais pautas foi a luta contra a violência, onde a Comissão Interamericana de Direitos Humanos instaurou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, na Convenção de Belém do Pará, em 1994, que estabeleceu leis de proteção à mulher.

Para tanto, apesar de se tratar de algo recente e em curso, há pesquisadoras e pesquisadores que creem que se está vivendo uma Quarta onda Feminista, tendo como uma de suas principais pautas a interseccionalidade e a organização em coletivos feministas, não tratando o indivíduo como isolado, mas desenvolvendo um feminismo de massas de modo a desafiar o ideal neoliberal de que as mulheres devem ser “empresárias de si mesmas” (GAGO, 2020, p. 203-215). Segundo Silva e Pedro, “diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo [...] é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBT” (2016, p. 194).

Ainda, há que se falar que essa onda é amplamente discutida no ambiente virtual, havendo um aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, além de dar espaço para as questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo, que também são tratadas nessa onda. Do mesmo modo, outro ponto fundamental acerca dos feminismos pós-contemporâneos é o fato de estarem se expressando de maneira antineoliberal, trazendo questionamentos que, de certa forma, foram abafados durante muito tempo. Por fim, o movimento feminista, mesmo com as divisões, pautas e estratégias diferentes entre si, foi essencial para que houvesse um ajuste estrutural e de ordem político-social, ordenando o trabalho e a inclusão em um esquema historicamente heteronormativo (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 5; GAGO, 2020, p. 215).



Apresentados os principais momentos e características do movimento feminista, bem como linhas gerais que o tocam, nas próximas páginas debruçar-se-á sobre a racionalidade político-econômica neoliberal, que defende a absoluta liberdade do mercado e a restrição à intervenção estatal sobre a economia, em uma perspectiva que estimula a lógica da concorrência em todos os âmbitos da vida.

### **3 EMPRESA DE SI MESMO: IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO SOBRE OS INDIVÍDUOS**

De antemão, faz-se necessário construir um breve panorama acerca da racionalidade neoliberal, em especial no que se refere ao neoliberalismo progressista, visto por alguns como o motivo pela ascensão e criação do Trumpismo (neoliberalismo hiper reacionário) (FRASER, 2017, p. 45).

Para Brown, o neoliberalismo não possui uma definição estabelecida, podendo ser tratado como um fenômeno global e inconstante, não sistemático e impuro, sendo que, em virtude de sua inconsistência, não se deve tê-lo como verdade universal. Todavia, devido a suas ideias, instituições e política, associado à financeirização, não há dúvidas de que o neoliberalismo moldou a história mundial pós-contemporânea (BROWN, 2020, p. 25).

Frequentemente associado a um conjunto de ideias e políticas de privatização, combate ao trabalho organizado, redução do Estado social, o neoliberalismo emerge desregulando o capital e atraindo investidores estrangeiros, pois seus programas produzem tarifas e impostos benéficos para tal. Surgindo no Hemisfério Sul de forma violenta, entre as décadas 60 e 70, enquanto indústrias estatais tornavam-se privatizadas, investidores estrangeiros eram atraídos e o lucro era assegurado, as greves passam a ser criminalizadas e organizações coletivas, tais como sindicatos, são limitadas e até mesmo declaradas ilegais; no Hemisfério Norte, em 1980, o processo é mais sutil, mas ainda muito eficaz, dando aos programas neoliberais cada vez mais espaço, de modo que legitimou-se o desmantelamento das práticas de poder e cidadania coletiva, dando enfoque para o individualismo (indivíduo isolado) (BROWN, 2020, p. 25; BROWN, 2018, p. 26).



Michel Foucault utiliza um termo diferente ao tratar do neoliberalismo, chamando-o de “reprogramação do liberalismo”, expondo que seus princípios se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, além de, claro, circularem através de instituições da sociedade, sendo a racionalidade neoliberal de transformar princípios de mercado em princípios de governo onipresente (fazendo o próprio governo servir aos mercados) uma de suas principais características (FOUCAULT, 1979 apud BROWN, 2020, p. 30 - 31).

Deste modo, para Foucault, essa prática de reorganização e reposicionamento do Estado é ainda mais importante que a reinicialização do capitalismo pelo neoliberalismo, pois é sua alteração de valores, coordenadas e princípios de realidade que administram as condutas liberais (FOUCAULT, 1979 apud BROWN, 2020, p. 30 - 31).

Para corroborar com o pensamento acima mencionado, traz-se para análise o julgamento *“Wal-Mart Stores, Inc. vs Dukes, et al”*, ocorrido em 2011, um dos maiores casos de discriminação laboral, onde a Suprema Corte rejeitou um processo coletivo contra o Wal-Mart, interposto por 1,5 milhão de mulheres que buscavam reembolso por discriminação de gênero, argumentando a Corte que não havia nada que conectasse as decisões empregatícias ao pagamento mais baixo generalizado às trabalhadoras da rede. Diante disso, pode-se dizer que o “jurídico dá forma ao econômico”, tendo em vista que se julgou direitos pela ótica de princípios econômicos, tal como o objetivado pela racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 1979 apud BROWN, 2020, p. 30 - 31; BROWN, 2018, p. 26).

Além disso, a busca do neoliberalismo para emancipar as pessoas e as tornar “empresas de si mesmas” passa a conceber a sociedade como um “mercado”, fazendo com que todos estejam em uma constante concorrência, além de as envolver em toda a esfera e instituição neoliberalizada, indo em desencontro com a liberdade originalmente prometida pelo neoliberalismo, assim como sua racionalidade política, inicialmente criada em oposição ao fascismo, mas que atualmente espelha-se a este em alguns aspectos, tais como a valorização do produtivismo e do sacrifício por um bem maior com o qual todas as pessoas estão comprometidas, além da desvalorização da política, dos intelectuais, da cidadania



educada e de todos os propósitos coletivos (BROWN, 2018, p. 5-49; DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Ao final de 1980, a racionalidade neoliberal adota a concorrência como norma suprema, com o intuito de se aumentar a capacidade de reação das empresas, diminuir a pressão fiscal sobre os rendimentos do capital e os grupos mais favorecidos, baixar o custo de trabalho e ao mesmo tempo aumentar a produtividade, submete-se o Estado a restrições que, por sua vez, levam à deflação salarial e gastos públicos, redução de “direitos adquiridos” considerados pelos neoliberais como sendo muito onerosos e enfraquecimento dos mecanismos de solidariedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 198-199).

A racionalidade neoliberal, conforme mencionado anteriormente, atua de modo a isolar grupos e indivíduos, operando, ainda, por meio da delegação da autoridade e poder de decisão, de modo que os indivíduos ao passo que são responsáveis por si, acabam sendo atrelados a um projeto geral. Exemplificando, o neoliberalismo integra e individualiza, prega pela cooperação sem coletivização, e que se posto ao lado dos ideais da Quarta onda Feminista, percebe-se a diferença de atuação entre ambos, pois esta última atua de forma interseccional e coletiva (BROWN, 2018, p. 17-18; SILVA; PEDRO, 2016, p. 194).

De modo análogo ao mencionado acima, pode-se dizer que a forma atual de organização das empresas ratifica as práticas neoliberais “anticoletividade”. Veja-se, os assalariados que antes atendiam uma determinada hierarquia, passaram a submeter-se às exigências de prazos e qualidades impostos pelo cliente, tendo seu desempenho quantificado de forma individual. Para Dardot e Laval, “é como se o mundo tivesse interiorizado a lógica de competição exacerbada que existe ou deveria existir *entre as empresas*” (2016, p. 227).

Também, esse modo de organização alterou significativamente o trabalho e emprego, pois embora houve uma intensificação do trabalho, houve uma diminuição dos prazos e individualização dos salários, vinculando remuneração a desempenho e competência (podendo ser comparado com a meritocracia), fazendo com que houvesse uma redução das formas coletivas de solidariedade, pois, conforme dito



anteriormente, agora os funcionários competem entre si (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 227-229).

Adentrando-se em matéria diversa, o neoliberalismo progressista dominava a política americana, dando à luz uma aliança improvável entre as principais correntes liberais dos movimentos sociais e os setores financeiros da economia dos Estados Unidos, sendo a “cola” deste arranjo a combinação de diferentes pontos de vista sobre a distribuição e reconhecimento. Com o objetivo de globalizar a economia capitalista, as políticas neoliberais visavam “soltar as forças do mercado da mão pesada do estado” e, para que esse projeto fosse um sucesso, ele precisava de um apelo amplo, ligado a ideias não econômicas de emancipação. Deste modo, adornada como progressista, o neoliberalismo (profundamente regressista) tornou-se centro do bloco hegemônico (FRASER, 2020, p. 43-44).

Até a devastadora crise econômica de 2008, as artimanhas do neoliberalismo estavam indo de vento em popa, concatenando o patriotismo e o militarismo, cristandade, família e capitalismo desenfreado, possuía-se, até o momento, a chave para o sucesso dos neoliberais conservadores. Entretanto, por conta da desregulamentação descontrolada, financiamento da dívida e da globalização, foi preciso encontrar culpados para justificar o desemprego, a queda drástica da economia, a perda da aposentadoria e até mesmo das casas da classe trabalhadora e da classe média branca que compunha a base do neoliberalismo reacionário, e dentre os escolhidos como culpados estavam os imigrantes que estavam roubando empregos, as ações afirmativas e o Governo (BROWN, 2020, p. 12). Para Federici, o sistema capitalista está ligado tanto ao racismo quanto ao sexismo, sendo que ele precisa depreciar a essência daqueles a quem explora: “mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização” (2017. p. 37).

Por conseguinte, nasce um novo neoliberalismo, pautado no populismo de extrema direita, a partir da mítica de que no passado as famílias eram de fato felizes, íntegras e heterossexuais, onde as mulheres e minorias raciais “sabiam seus lugares”. Uma ordem excludente: etnacional, anti-imigrante e pró-cristã, explicitamente racista, homofóbica e patriarcal. Esse conto de fadas, como retrata



Brown, fez com que líderes de direita prometessem proteger e restaurar esses ideais conservadores, inspirando e legitimando a extrema direita e seus discursos violentos de exclusão, a fim de reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, atribuindo à esquerda (mesmo a liberal) como responsável pelas fronteiras desprotegidas e por premiar quem não merece. Exemplos de figuras que emergiram alicerçadas a essa nova onda neoliberal, é Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, e Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil (BROWN, 2020, p. 14-20; FRASER, 2020, p. 49).

Essa nova onda neoliberal também pode ser chamada de neoliberalismo hiper reacionário (ou até mesmo de Trumpismo, conforme mencionado anteriormente), não tratando as normas familiares patriarcais como algo secundário, pois é algo que está enraizado no seu âmago. Segundo Cooper, inúmeras políticas fizeram com que a família tradicional fosse explicitamente aduzida para substituir o papel do Estado social, segundo a autora, a privatização da seguridade social e serviços como saúde e educação superior, responsabilizou os indivíduos masculinos ao invés do Estado. Ora, não é por acaso que esses enfrentamentos acontecem justamente no que concerne às políticas de educação e de saúde, visto que se trata de uma maneira de constituir formas de controle sobre as vidas das pessoas, em especial das sub representadas, além do objetivo de dismantelar o Estado e as políticas de saúde e educação (COOPER, 2016 apud BROWN, 2020, p. 22; PARADIS, 2020 p. 18).

No Brasil, um dos grandes argumentos da direita neoliberal foi a de refutar planos de educação a partir do compartilhamento massivo de *fake news* acerca da "ideologia de gênero". Posteriormente, essa pauta se tornou fundamental para a eleição de Bolsonaro e de uma bancada nociva no legislativo, mais uma vez demonstrando o poder da racionalidade neoliberal (PARADIS, 2020, p.18).

Para além das influências governamentais, é importante mencionar um outro importante traço do neoliberalismo: a crítica à justiça social, à reforma social e aos serviços sociais. Para elucidar, se não há sociedade, apenas indivíduos, não há que se falar em um local onde as desigualdades e exclusões são identificadas, contestadas e capazes de serem retificadas. Também, o fato de reconhecer-se os



poderes sociais é a maneira pela qual poder-se-á entender movimentos e protestos das minorias, de modo a conectar os indivíduos ao se empenharem em praticar justiça, civilidade e cuidado, para além dos códigos estabelecidos pelo mercado, o que contraria a prerrogativa do neoliberalismo de “isolar” os indivíduos (BROWN, 2020, p. 53).

No entanto, quando a racionalidade neoliberal tem sucesso em dissipar os poderes sociais, objeções não são vistas como nada além do que reclamações infundadas e descabidas (conhecida como “mimimi” a expressão pejorativa que se popularizou coloquialmente para desmerecer essas reivindicações). Para Brown, com a ascensão do neoliberalismo, o ataque ao social tem sido tão significativo quanto outros aspectos mais conhecidos para a edificação do poder corporativo e legitimação da desigualdade. Visto de outra maneira, quando o discurso de que a sociedade não existe se torna senso comum, as desigualdades sociais tornam-se invisíveis, o que, em seu extremo, trata-se do supremacismo branco, sexista e antisemita e, de forma mais moderada, de que a vida é estabelecida pela genética, responsabilidade pessoal e competição no mercado (BROWN, 2020, p. 55-57). Para tanto, segundo a autora:

Com a igualdade e a solidariedade social desacreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas, o supremacismo masculino branco ganha assim nova vez e legitimidade no século XXI (2020, p. 58).

De tal sorte, essas alegações do neoliberalismo acerca do social, além de contestar o Estado de bem-estar como sendo uma forma de interferência no mercado, de propagar a ideia de que imposto é roubo, culpar os pobres por suas condições e a natureza das minorias e mulheres por não ocuparem muitos espaços nas profissões ou em cargos de gerência, faz com que o Estado seja alvo de todos os problemas (desigualdade social, desemprego, inflação), tornando-se o capitalismo a solução. Muito embora a realidade seja de que a liberdade sem sociedade é mais um instrumento de poder para o sistema capitalista, sem cuidado e esmero para com os outros (BROWN, 57-58; DARDOT; LAVAL, 2016, p. 209).



Por isso, a partir do momento em que as práticas neoliberais começam a executar seus programas de privatização, criação de concorrências, “mercadorização” de serviços públicos essenciais (saúde e educação) e começa a impor aos indivíduos (de forma sutil) a “obrigação de escolher”, a população começa a aceitar que a situação de mercado é a realidade, e começa a agir tal e qual a meta instituída pelo sistema (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 217).

Para Dardot e Laval, o indivíduo deve se adaptar às “regras do jogo”, ou seja, à nova realidade do que está sendo imposto pelas práticas neoliberais, sendo que os consumidores (cidadãos) têm a “liberdade de escolha” para adquirir seus produtos (previdência, saúde, educação e lazer). Além disso, terão que conviver com a responsabilização individual pelas consequências de suas próprias escolhas, com a transformação dos indivíduos “empresas de si”, que estão em contínua competição e concorrência com os demais sujeitos empreendedores, e com as mudanças impostas pelo mercado, sempre assumindo os riscos e tentando valorizar seu capital “num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida” (2016, p. 217-227).

Enquanto racionalidade, como restou demonstrado, o neoliberalismo alcança e afeta não apenas Estados e mercados, mas todos os domínios da vida, âmbitos político-econômicos, relações sociais até mesmo subjetividades. No próximo tópico, buscar-se-á analisar mais precisamente como isso impacta nas pautas do movimento feminista.

#### **4 FEMINISMO DE MERCADO**

Com o fim da Guerra Fria e o advento da globalização, o pensamento pautado no mercado torna-se um mecanismo de organização da produção e distribuição de bens adotado por inúmeros países, sendo que os valores de mercado passaram a desempenhar um papel cada vez mais presente no âmbito social, não se aplicando apenas para bens materiais, mas controlando a vida como um todo. Segundo Sandel, à medida que o mercado triunfava, sem que os indivíduos se



dessem conta, foram caindo na situação de, ao invés de se ter uma economia de mercado, passaram a ser uma sociedade de mercado (SANDEL, 2012, p. 11-16).

Além disso, a recente ideologia adornada como progressista pelo neoliberalismo, a difusão superficial dos ideais feministas tornou-se benéfica para a classe já dominante, instalando-se pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo senso comum da sociedade como um todo (FRASER, 2017, p. 5).

De tal modo, percebe-se uma apropriação do movimento neoliberal progressista sobre as pautas defendidas pelas feministas, não visando a abolição da hierarquia social, mas sim sua diversificação. Ou seja, difunde-se a ideia (ilusão) de que indivíduos de classes sub representadas (minorias) podem se tornar indivíduos de prestígio e poder aquisitivo, tal qual homens brancos heterossexuais, mas sem abolir os aspectos políticos e culturais que poriam fim a essa desigualdade, ou sem dar ferramentas necessárias para que todas as minorias possam ocupar espaços de poder (FRASER, 2017, p. 6).

De tal sorte, o capitalismo, gerido maiormente por pessoas partidárias ao neoliberalismo, também se apodera de conceitos feministas para aumentar exponencialmente seus lucros e sua dominação. Pesquisas demonstram que o número de campanhas publicitárias pautadas em ideias feministas subiu significativamente nos últimos anos, e isso pode ser em virtude de que houve um aumento do poder de compra e consumo das mulheres, o que levou o mercado a moldar novas formas e perspectivas para se comunicar e vender para o público feminino diferenciado após a “descoberta” desse nicho. Todavia, os cargos de gestão e governança das mesmas empresas que possuem suas campanhas destacadas como as “melhores campanhas publicitárias para a mulher” seguem sendo majoritariamente ocupados por homens, demonstrando que, mercadologicamente, o feminismo passa a ser mais um produto que permite aumentar as margens de lucro das empresas e sua consequente influência sobre os indivíduos, pautadas no carreirismo e no individualismo (FRASER, 2013, p. 1; MEDEIROS, 2017, p. 157).

Nesse sentido, uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Ethos nas 500 maiores empresas do Brasil demonstra que as mulheres têm vantagem em relação



aos homens no contingente de aprendizes e estagiários, com participação de 55,9% e 58,9%, respectivamente. Mas, em contrapartida, perdem espaço nos níveis seguintes, com porcentagens de 35,5% no quadro funcional, 38,8% na supervisão, 31,3% na gerência, 13,6% no quadro executivo e 11% no conselho de administração. De modo a explicitar ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres em grandes empresas, a mesma pesquisa demonstra que o nível de instrução das mulheres é superior ao dos homens, sendo que elas possuem um número médio de anos de estudo superior ao deles (de 7,5 para 7 anos), sendo que, em 2013, foram 55,5% entre os 7.305.977 matriculados, e 59,2% entre aqueles que concluíram do ensino superior (ETHOS, 2015, p. 18-19).

Pode-se dizer, de modo análogo, que os clientes e consumidores dessas marcas que vendem seus produtos em cima de pautas como empoderamento feminino e diversidade acabam sendo vítimas do *bait and switch*, expressão utilizada para descrever operações comerciais fraudulentas em que se anuncia um produto e se vende outro diferente. Um exemplo disso é o fato de que ações consideradas anti-feministas pela primeira e segunda onda do movimento, como a feminilidade, acabam sendo acolhidas como meio de empoderamento individual, sendo normalizada pelo mercado por meio de seus produtos (FRASER, 2017, p. 12; MEDEIROS, 2018, p. 161).

Não obstante, se a empresa comercializa sob o argumento de que o mundo está mudando e que as mulheres devem se empoderar e ir atrás daquilo que desejam, não deveriam ser as mesmas empresas a dar oportunidades iguais para cargos de liderança? Além disso, considerando, inclusive, que os dados disponíveis sinalizam maiores níveis de escolaridade entre mulheres, pode-se questionar quais são as razões objetivas (pois as subjetivas são justamente as que mais diretamente revelam discriminações baseadas em estereótipos, falácias e preconceitos) que justificam essa dissonância quanto às oportunidades de ascensão a cargos de liderança.

Nesse sentido, pode-se dizer que as marcas enxergam as feministas como um grupo que precisa ser atendido, sendo o objetivo das empresas, de forma geral, o aumento de seus lucros, não a reflexão acerca das relações sociais de poder, por



isso, estratégias mercantis como o *pinkmoney* e o *blackmoney*, ou uso de palavras-chave ao lançarem novas campanhas publicitárias, seguem sendo amplamente utilizadas pelo mercado (JANUÁRIO, 2021, p. 5).

De maneira a exemplificar essas contradições, pode-se pensar, em um primeiro momento, na criação da camiseta produzida por um conjunto de marcas no campo da moda e promovida por inúmeras atrizes, que possuía os dizeres “*This is what a feminist looks like*” (“É assim que uma feminista se parece”). Descobriu-se mais tarde, que a produção das camisetas envolvia trabalho análogo à escravidão (HOSKINS, 2014). Esse exemplo, além de proporcionar um demonstrativo concreto sobre como pautas têm sido cooptadas e transformadas em produtos para um mercado de publicidade e consumo, permite a reflexão acerca de como (outras) desigualdades reais são invisibilidades por esse processo.

De outro lado, cabe mencionar que o movimento feminista também acaba buscando o neoliberalismo para uma relação de troca, pois este último possui grande poder de expansão em inúmeros países. Assim, o feminismo encontra no mercado neoliberal uma maneira para expandir suas pautas, passando a atingir mais pessoas e setores da sociedade. Porém, cabe destacar que os ideais feministas acabam perdendo na consistência de sua mensagem, perdendo a sua substância revolucionária, pois, conforme Medeiros, parte dela é comprometida pela aceitação de noções patriarcais repaginadas como empoderamento, devendo ser palatável ao individualismo neoliberal (2017, p. 161-164).

Nesse sentido, por mais que em seus textos não haja menção, a superordenação branca e masculina é facilmente inserida no projeto neoliberal, tanto que os mercados ao invés de mitigarem práticas desiguais, acabam por as reproduzirem. Tome-se o trabalho doméstico como exemplo, além de ser predominantemente visto como ofício de um gênero, não é remunerado e, quando o é, é lamentavelmente sub-remunerado, executado de forma desigual por pessoas não brancas e imigrantes (BROWN, 2020, p. 24; FEDERICI, 2019, p. 224).

Para tanto, pode-se dizer que a superficialidade na difusão das pautas feministas pelo neoliberalismo ocorre em razão do vazio moral da política contemporânea, decorrente da tentativa do mercado em fazer com que os cidadãos



deixem suas ideias de lado ao entrar no âmbito público. Veja-se, o mercado não tem interesse em saber se algo está certo ou errado, ele apenas quer saber “quanto?”, sendo essa isenção de julgamento o cerne do pensamento mercadológico (SANDEL, 2012, p. 19).

Ainda, faz-se necessário mencionar que se pode ter duas visões do feminismo: a corporativa (que concorda e reafirma as práticas do liberalismo econômico) e aquela que visa acabar com o sistema capitalista. A primeira visão é aquela que deseja um mundo com oportunidades iguais de dominação, ou seja, um lugar onde a tarefa de gerenciar a exploração dentro do mercado de trabalho e a opressão no todo social seja compartilhada igualmente entre homens e mulheres. Já a segunda é a que quer colocar um fim no sistema que cria instrumentos de opressão e exploração, ou seja, deseja uma justiça de gênero dentro de um modelo anticapitalista (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 19).

Importante ressaltar que o feminismo liberal é parte do problema, pois suas pautas recusam-se a tratar de questões socioeconômicas, chave para o empoderamento e liberdade da ampla maioria de mulheres. De tal maneira, o feminismo liberal está arraigado na ideia do individualismo, da meritocracia<sup>4</sup>, na frase “faça acontecer”, dando abertura para que o neoliberalismo garanta que poucas mulheres (da mesma classe que os homens brancos e heterossexuais) consigam ocupar espaços de gerência, sem se questionar acerca das demais que permanecem invisíveis (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 27).

Para tanto, segundo hooks:

O impacto positivo das reformas liberais nas vidas das mulheres não deve levar à presunção de que elas erradicam sistemas de dominação. Em lugar algum [nas demandas do feminismo liberal] há ênfase em erradicar a política de dominação; entretanto, [essa política] precisaria ser abolida se o objetivo fosse o cumprimento de qualquer uma de suas demandas]. A ausência de qualquer ênfase na dominação é consistente com a crença

<sup>4</sup> Sobre o tema, pertinente e atual a crítica de Markovits (2019, p. 293): “Today, meritocratic inequality benefits no one: neither the many whom meritocracy idles and thereby excludes from income and status, nor even the few whom meritocracy ensnares in a destructive tournament to exploit their human capital by yielding oppressively intense, pervasively alienated labor. An opening therefore exists for a new politics to hear and to answer the real needs that demagogues, charlatans, and other false prophets now exploit. By unmasking merit as a sham, the diagnosis of meritocratic inequality pierces the ideologies that lead the elite to cling to its privilege and the middle class to direct its resentments at innocent outsiders”.



feminista liberal de que as mulheres podem alcançar equidade com homens de suas classes sem desafiar e mudar a base cultural da opressão coletiva. É essa crença que anula a possibilidade de que o radicalismo potencial do feminismo liberal será, em qualquer momento, efetivado (1984, p. 32).

A base na meritocracia ou a lógica dos direitos individuais acaba por excluir, desse feminismo, uma série de mulheres. Empoderar-se de forma individual não passa de um ato individual e, se colocado sob um espectro mais amplo, é imprescindível que as mulheres passem a se organizar de forma coletiva, visto que, como retratado nos tópicos anteriores, a opressão sofrida por elas é gerada por um sistema único, o qual se impõe sobre o coletivo (GAGO, 2020, p. 203-215).

Comprova-se, desta forma, que o mercado visa a exploração de ideais feministas com o intento de aumentar suas margens de lucro e causar a ilusão de que todos aqueles que de fato se esforçarem, poderão, em algum momento, ocupar espaços de poder, mas, em momento algum visa abolir as estruturas que dominam tais espaços e inibem as minorias de ocupá-los.

## 5 CONCLUSÃO

Com o passar das décadas, o movimento feminista percorreu vários momentos históricos que desenvolveram e moldaram sua forma atual, desde a luta por direitos políticos em sua Primeira onda, à emancipação do corpo feminino ligado diretamente ao movimento da contracultura marcado na Segunda onda Feminista, à interseccionalidade de outros movimentos de minorias, com base na inclusão étnico racial nas pautas feministas a partir da década de 90, na Terceira onda.

Devido a isso, o movimento feminista encontra-se em um momento onde se espera a superação da individualidade e a primazia da coletividade entre as pessoas do movimento e minorias sub-representadas, confrontando a racionalidade neoliberal e o sistema capitalista, responsáveis pela opressão política, social e econômica.

Além disso, a racionalidade neoliberal, que modifica e articula programas a fim de seguir gerenciando todos os campos sociais, também possui ciclos, divisões e diferentes prerrogativas. Para tanto, o neoliberalismo progressista, marcado pela



estranha aliança entre neoliberalismo e movimentos de cunho social, dominou a política e economia americana por anos, até que a terrível crise econômica de 2008 fez com que fosse necessária uma grande mudança na atuação neoliberal. Por isso, o neoliberalismo (hiper)reacionário, pautado no populismo reacionário e na mítica da família ideal (branca, heterossexual e cristã) ganha popularidade entre os cidadãos, que encontram nas minorias e no governo os culpados para o desgaste financeiro causado pelos grandes bancos.

Deste modo, ficou demonstrado ao longo do texto que o neoliberalismo, mesmo entre idas e vindas, consegue, enquanto racionalidade, alcançar e controlar o Estado, os mercados e os demais domínios da vida.

Por fim, evidencia-se que o sistema capitalista, gerido por indivíduos neoliberais, em detrimento da principalidade da racionalidade neoliberal, coloca todos dentro do âmbito mercadológico, onde as pessoas são vistas como “mercadorias” e “empresas de si mesmas”. Não diferente, vê-se as pautas feministas com o mesmo olhar capital, onde as marcas veem as feministas como um nicho de mercado a ser atendido e vê no feminismo liberal uma forma sutil de perpassar a mensagem da meritocracia, causando a ilusão de que todos podem se tornar indivíduos de prestígio e poder aquisitivo, muito embora, conforme mencionado no decorrer do texto, sem dar ferramentas necessárias para que todas as minorias possam ocupar espaços de poder.

De tal sorte, é necessário se ter em mente que a partir do momento em que as empresas tiverem como prerrogativa de que homens e mulheres devem receber os mesmos salários pelos mesmos cargos, ou de que parte massiva dos líderes e da base neoliberal decidir alterar sua estrutura hierárquica para que a representação em cargos de liderança e prestígio seja equivalente entre ambos, não estará se beneficiando de pautas feministas para lucrar, estará de fato honrando a chamada equidade de gênero. E para que isso possa deixar de ser uma utopia, e passe a ser algo alcançável, é imprescindível que as mulheres, juntamente com outras minorias sub-representadas, se organizem em coletivo a fim de confrontar o que por décadas lhes foi imposto pelos ideais da supremacia branca e neoliberal.



## 6 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2020.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

EHRENREICH, Barbara. **What is socialist feminism?** In: Working Papers on Socialism & Feminism. The New American Movement, 1976.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EISENSTEIN, Zillah. **Capitalist Patriarchy and the case for Socialist Feminism**. Monthly Review Press, 1979.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. How feminism became capitalism's handmaiden – and how to reclaim it. 14 de outubro de 2013. **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>. Acesso em: 12 Ago. 2021.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump - e além. **Política & Sociedade**. Florianópolis, vol. 17, n. 40, Set./Dez. de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 17 Ago. 2021.

GAGO, Veronica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.



GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2018.

GRANDI, Chaíni de; SILVA, Laura de Castro; BOLESINA, Iuri. **Leilão da Virgindade Feminina: objetificação ou liberdade jurídica?** In: XIV Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e XIII Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação IMED, 2020, Passo Fundo. Anais. IMED: Outubro, 2020.

HOSKINS, Tansy. The feminist T-shirt scandal exposes an entire system of exploitation. 03 de novembro de 2014. **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/sustainable-fashion-blog/2014/nov/03/feminist-t-shirt-scandal-exposes-entire-system-exploitation-elle-whistles-fawcett-society>. Acesso em: 27 Ago. 2021.

hooks, bell. **Feminist Theory** — from margin to center. South End Press, 1984.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Feminismo de mercado: um mapeamento do debate entre feminismos e consumo. 04 de junho de 2021. **Cadernos Pagu** [online]. 2021, n. 61. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100610012>>. Acesso em: 27 Ago. 2021.

MARKOVITS, Daniel. **The meritocracy trap: how America's foundational myth feeds inequality, dismantles the middle class, and devours the elite**. New York: Penguin Press, 2019.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma nova razão para o movimento de liberação das mulheres?. **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, v. 26, n. 3, p. 146-167, jan. 2017. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/613>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PARADIS, Clarisse Goulart. Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo a partir do feminismo. **Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas**. São Paulo: SOF, 2020. Disponível em: <https://www.sof.org.br/caderno-neoliberalismo-trabalho-e-democracia/>. Acesso em: 24 Ago. 2021.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986;

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A Quarta Onda Feminista: interseccional, digital e coletiva**. In: Anais do X Congresso Latino-americano



de Ciência Política (ALACIP), Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso 22 Ago. 2021

QG Feminista. **Quais são as principais vertentes do feminismo? Radical, liberal, interseccional**: entenda de uma vez por todas o que significam essas tais “vertentes feministas”. Disponível em

<<https://medium.com/qg-feminista/quais-s%C3%A3o-as-principais-vertentes-do-feminismo-ae26b3bb6907>>. Acesso em 20 Ago. 2021.

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SILVA, Rebeca Corrêa e; PEDRO, Joana Maria. Sufrágio à brasileira: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1981-3082, 2016.

VEDANA, Bruna; GERVASONI, Tássia Aparecida. Os movimentos feministas na América-Latina e as perspectivas para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras. **Revista Ártemis**. João Pessoa, vol. XXIX, n.1, Jan/Jun. de 2020. Disponível em: Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/issue/view/2500>. Acesso em: 24 ago. 2021.